

Os dilemas da cidade empreendedora: Estado, mercado e regimes territoriais em favelas da zona oeste do Rio de Janeiro

The dilemmas of the entrepreneurialism city: State, market and territorial regimes in favelas of the west zone of Rio de Janeiro

Jonathan Willian Bazoni da Motta¹

Resumo

O objetivo da pesquisa é discutir - a partir de uma abordagem qualitativa - como os dispositivos da cidade empreendedora produz diferentes assujeitamentos aos moradores de favela da zona oeste do Rio de Janeiro. O projeto de cidade negócio atualmente em vigor, produz mentalidade capitalista empreendedora que articula ações políticas para a acumulação de capital, explorando áreas, até então, pouco desbravadas pelo mercado formal: as favelas. O projeto de pacificação de favelas se apresenta como condição para solucionar os problemas da violência e para o desenvolvimento do mercado nestas localidades acabando com as barreiras de circulações, anteriormente existentes, possibilitando a alteração de sua condição de "margem". Por outro lado, algumas favelas não se encontram neste trânsito da pacificação, mas estão diretamente ligadas ao projeto de cidade empreendedora quando não fazem parte do plano do mercado, permanecendo como um "problema a ser sanado" pelo Estado; e refém das facções criminosas que atuam nos territórios. Essas duas realidades distintas fazem parte desse mesmo jogo capitalista de produção de assujeitamentos (distintos) por meio dos diferentes regimes territoriais que vem sendo produzido no atual contexto da cidade, contribuindo para a ampliação da segregação sócio-espacial e das desigualdades sociais.

Palavras-Chave: Megaevento; UPP; Assujeitamentos; Regimes Territoriais; Zona Oeste

Abstract

The research objective is to discuss how the devices entrepreneurialism city produces many different submitting to the residents of the west zone favela in Rio de Janeiro. The project the business city currently in force, produces a capitalist mentality entrepreneurialism articulating political actions for the accumulation of capital, exploring areas, until then, little developed by the formal market: the favelas. The project the favela pacification is presented as a condition to solve the problems of violence and for the market development in these localities eliminating traffic barriers, previously existing, allowing the change of its condition of "margin". On the other hand, some favela aren't in this transit of pacification, but they are directly connected to the entrepreneurial city project when it isn't part of the market plan, remaining a "problem to be solved" by the State; and hostage of criminal factions that operate in the territories. These two distinct realities do part of this same capitalist game of submitting production (different) by means of different territorial regime which has been produced in the current moment of the city, contributing to the expansion of segregation socio-spatial and social inequality.

Keywords: Mega Events; UPP; Submitting; Territorial Regimes; West Zone

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa Urbana - CIDADES (PPCIS/UERJ). E-mail: jonathan.jntn@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é traçar as múltiplas articulações possíveis entre a retórica dos megaeventos; as últimas iniciativas governamentais na área da segurança pública, com o projeto de pacificação de favelas, as UPPs; e o projeto de cidade mercadoria orquestrada pelos gestores capitalistas. Como os megaeventos se tornam condições de possibilidade das UPP, estando ambas inseridas numa lógica de produção capitalista do espaço urbano globalizado? Quais as influências territoriais e os agentes que compõem essa articulação política? Buscamos mostrar como que essa nova forma de gerenciamento das cidades contribui para a formação e articulação de regimes territoriais que assujeitam os moradores de favelas em realidades completamente distintas.

Para compreender essas linhas de força e a trama das relações de poder, faz-se necessário esmiuçar as técnicas de assujeitamento que estão submetidos os moradores de favela em cada espacialidade, os atores políticos e os horizontes de possibilidades de resistências – que são definidos, também, de acordo com cada território estudado. Utilizo o método etnográfico para dar conta dessa grande complexidade de relações, evitando análises simplificadas ou estruturais – “de fora e de longe”. Aciono a etnografia feita em duas regiões distintas, mas que fazem parte da mesma área geográfica, o bairro de Realengo na zona oeste da cidade: o Jardim Batan, favela que abriga uma unidade de polícia pacificado desde 2009 e que foi nacionalmente conhecida em virtude da tortura de jornalistas por milicianos na localidade; e a Vila Vintém, favela que não possui UPP e que desfruta de histórico de grande desenvolvimento do tráfico de drogas, e o lugar onde surgiu uma das facções criminosas mais perigosas da cidade.

Vale ressaltar que a proposta deste artigo é mostrar os tipos de tecnologias de poder acionadas em diferentes favelas – uma com UPP e outra sem – e como elas estão correlacionadas com esse modelo de organização das cidades. Não se trata aqui de atribuir causa e efeito direto ao fenômeno, seria uma análise muito rasa que esconderia as complexidades locais e outras variáveis que possam ser compostas. Contudo, o argumento que buscamos mostrar é como que os pilares político-programáticos da cidade empreendedora satisfazem as realidades existentes nos diferentes territórios analisados pelo presente trabalho, ou seja, a forma política de atuação (e não atuação) no espaço da favela corrobora o projeto empreendedor que desenvolve (via UPP) algumas áreas, e outras não.

A primeira seção do trabalho tratará das configurações desse projeto na cidade do Rio de Janeiro. Trazemos a luz os principais conceitos mobilizados para a compreensão dessa forma

de organização capitalista do espaço das cidades, sua plataforma política – o planejamento estratégico – e a importância que os governos urbanos têm para a promoção dessas ideias. A seguir, fazemos alguns apontamentos sobre os megaeventos e a UPP e construímos ambos como um dispositivo do empreendedorismo urbano. Mostramos as estratégias usadas para desenvolver áreas, até então pouco atrativas para o mercado. Por fim, apresentamos os dois territórios: o Batan em que o orgulho de morar em um lugar não mais controlado pelo tráfico se funde ao receio do aumento do custo de vida, além dá lógica disciplinar acionada tanto pelo comando da UPP quanto por instituições como a Light que reforçam o estereótipo do favelado desviante; e a Vila Vintém que se encontra refém do tráfico de drogas e da polícia, cujo preconceito e a informalidade são características latentes das formas de organização da sociabilidade local.

METODOLOGIA

A metodologia usada nesta pesquisa foi de caráter qualitativa, de inspiração etnográfica. Este método pressupõe a permanência acompanhada no campo por anos, a exemplo de Bronisław Malinowski (1978) considerado um dos pais da etnografia, que ficou três anos vivendo entre os nativos da ilha Trobriand. Neste estudo de caso, não foi possível realizar esse projeto dado a realidade material do contexto urbano e da vida do pesquisador, em que só pôde acompanhar o campo de forma descontinuada. Seria muito mais frutífero para a pesquisa um acompanhamento dos campos de forma sistemática, morando, convivendo e compartilhando a realidade social dos grupos aqui estudado, para interpretar “as teias de significados” (GEERTZ, 1997) da cultura, contudo, decorrente das limitações materiais, não foi possível realizar esse “mergulho de cabeça” ao campo. Portanto, usamos o termo orientação etnográfica para situar as reais condições em que o campo foi realizado; que distancia-se do *dever-ser* etnográfico.

O trabalho de campo foi realizado em dois territórios distintos, geograficamente próximos. No Batan a entrada em campo deu-se por meio de uma pesquisa em que o autor participou com o Observatório de Favela, onde fomos recrutados para aplicar um survey nesta comunidade no ano de 2015. Tal experiência foi fundamental para a ambientação do território: ruas, vielas e becos; além de proporcionar importantes conversas com alguns moradores. No ano de 2016 voltamos novamente ao campo em função da bolsa de iniciação científica durante a graduação na UERJ. Permanecemos cerca de 7 meses acompanhando o campo no Batan, com limitações por causa dos atrasos das bolsas pelo governo do Rio de Janeiro. Foram feitas entrevistas abertas com cerca de sete moradores do território, além da observação-participante na reunião

comunitária realizada na sede da UPP Batan e da reunião com a empresa de energia elétrica Light realizada na sede da associação de moradores.

Na Vila Vintém não foi possível realizar e acompanhar as atividades e colocar em prática as técnicas de pesquisa da observação participante por motivos de segurança. Este território é comandado pelo tráfico de drogas e os conflitos entre estes e a polícia eram frequentes. Muitas vezes o campo teve que ser desmarcado por causa dos riscos de circulação que existiam na favela quando a polícia entrava em confronto com os bandidos. A técnica de pesquisa usada foi a entrevista aberta com cerca de quatro pessoas de alto grau de confiança, garantindo acesso a histórias e descrições das rotinas representativas do contexto vivido por moradores de favela sem unidade de polícia pacificadora.

O PROJETO DE CIDADE EMPREENDEDORA E O CASO DO RIO DE JANEIRO

A década de 1970 foi um período turbulento da história do capitalismo em que o mundo foi atingido pela grande recessão de tamanho e proporção gigantesca, provocando grandes mudanças na estrutura e concepção, teórica e prática, do processo produtivo. Eventos como: a desindustrialização, o desemprego disseminado e “estrutural”, austeridade nacional e local, além do apelo à privatização, fizeram com que os governos urbanos e Estados nacionais repensassem a gestão espacial de seus territórios (HARVEY, 2005).

Com a economia em frangalhos, era necessária uma reestruturação capitalista que pudesse contornar os problemas econômicos buscando novas formas para manter a taxa de lucro. É nesse contexto que a Nova Administração Pública (NAP) ganha força nos Estados Unidos, em meados da década de 1970, por meio do movimento “Reinventando o Governo”. Esse conjunto de ideias – impulsionado pelo neoliberalismo – foi apresentado como remédio milagroso para a crise a partir da crítica ao antigo modelo burocrático, o que significava que “a esfera privada penetrou na pública com promessas de eficiência, racionalização e agilidade” (MISOCZKY, 2015, p.4). Um consenso foi construído a partir daí: os governos urbanos precisam ser muito mais inovadores e empreendedores, dispostos a explorar todas as possibilidades para atenuar sua situação calamitosa e assegurar um futuro melhor para suas populações (HARVEY, 2005).

Contudo, os governos nacionais eram incapazes de controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais, o que proporcionou autonomia local na qual os investimentos assumiam a forma de negociação direta entre capital financeiro internacional e os poderes locais, criando complexa e conflituosa mobilização de forças de diversos agentes sociais buscando a

formação de coalizões de alianças de classes, com o objetivo de maximizar a atratividade local como chamariz para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2005). Esse modelo de gestão das cidades é denominado por Harvey (2005) de empreendedorismo urbano².

O pensamento neoliberal com seus métodos de “resolução” da “crise”, que afetava as cidades à época, atinge o Brasil no início dos anos 1990, em especial o Rio de Janeiro. Para que essas práticas pudessem ser exercidas, era necessária vontade política por parte do governo urbano. No caso do Rio de Janeiro, alguns autores – como Vainer (2000 e 2014), Gaffney e Melo (2014) – defendem a tese de que o início desse processo se deu na gestão do governo Cesar Maia (1993 – 1996). A criação do plano estratégico em 1993 efetivou a união entre governo e convicções neoliberal, na construção de um programa de atuação pública inspirada em Barcelona³ (VAINER, 2014).

O empreendedorismo urbano, nos termos de Harvey (2005), é um padrão de gestão pública das cidades (CASTRO; NOVAES, 2015), uma espécie de plataforma política gerida pelo capitalismo neoliberal, que precisa do planejamento estratégico para se perpetuar, pois o mesmo só pode ser executado havendo vontade política da governança urbana. Harvey (2005) buscou formular três afirmações sobre o empreendedorismo urbano. Primeiro, o empreendedorismo urbano tem como elemento principal a noção de “parceria público-privado”, em que a iniciativa tradicional local se incorpora com os poderes governamentais locais, buscando atrair fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou postos de emprego. Em segundo lugar, essa parceria (público-privado) é “especulativa”, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo. Por último, o empreendedorismo enfoca muito mais na economia política do “lugar” do que do “território”. Isso significa focar os investimentos em lugares específicos, com impactos locais e parciais, e não no conjunto do território, em que os impactos seriam mais abrangentes e generalizados (HARVEY, 2005).

O planejamento estratégico tem seus princípios oriundos do planejamento empresarial, que, segundo seus idealizadores e defensores, afirmam que as cidades estariam submetidas às

² Existe uma enorme confusão em relação a esse termo. No Brasil esse texto foi traduzido de formas diferentes, sendo a primeira edição publicada em 1996 pela revista Espaço e Debates, sob o título “Do gerenciamento ao empresariamento” (...). Já a edição mais recente que se encontra no livro “A produção Capitalista do espaço”, reunindo diversos artigos de Harvey. Nela, o texto acima referido recebeu uma nova tradução com o título “Do administrativismo ao empreendedorismo” (...). Apesar da palavra *entrepreneurialism* em inglês significar tanto empresariamento quanto empreendedorismo, há uma sutil diferença nessas duas palavras, como demonstra Misoczky (2015), cujo argumento compartilhamos. O empresariamento é um fenômeno antropológico e cultural, no qual a empresa se torna referência para todas as esferas da vida em sociedade. Já o empreendedorismo se insere nesse fenômeno (antropológico cultural), mas se caracteriza como uma coalizão de interesses burgueses para produzir a cidade de forma que ela gere lucro (MISOCZKY, 2015)

³ A consultora contratada pela prefeitura do Rio para elaboração do plano estratégico foi a Tecnologias Urbanas Barcelona S.A, sobre a presidência do Jordi Borja (VAINER, 2014), sociólogo famoso por defender o planejamento estratégico.

mesmas condições que as empresas (VAINER, 2000). Logo, esse modelo entende que as cidades estão em constantes disputas entre si para captar investimentos, eventos e turistas. Cada cidade precisa ter ciência de suas potencialidades e explorá-las ao máximo, lançando-se nestas disputas entre cidades, em que a melhor – ou a que oferecer melhores condições – será escolhida para realizar os mais diversos eventos e alcançar os mais variados turistas (VAINER, 2000; BORJA; CASTELLS, 1996). É nesse sentido que o planejamento estratégico serve para explorar ao máximo cada potencialidade da cidade e garantir competitividade. O planejamento estratégico é a prática do pensamento liberal sob a forma de um programa de governo que age de forma cooperativa com os múltiplos agentes da sociedade, principalmente as empresas privadas e o terceiro setor (VAINER, 2000).

Os princípios do planejamento estratégico voltado para grandes eventos vêm ganhando novas atualizações desde o governo Cesar Maia até os dias de hoje. Variados governos entraram e saíram do poder, mas a “fórmula” de promoção da cidade, como mercadoria turística, continuou sendo a mesma. A cidade lançou várias vezes candidaturas para concorrer aos jogos, primeiro com Luiz Paulo Conde, em 1997; depois com Cesar Maia, em 2003; por fim com Eduardo Paes, em 2009. O mais interessante é que tanto Conde quanto Paes emergiram na política sobre a tutela de Cesar Maia, possibilitando a continuidade dessas ideias e o relativo sucesso que tiveram (VAINER, 2014).

No meio desse processo, o Rio de Janeiro sediou os jogos Pan-americanos de 2007, evento de menor porte, se comparado aos jogos Olímpicos, mas que representava oportunidade importante na direção de política urbana voltada para a realização de grandes eventos esportivos (CASTRO; NOVAES, 2015). Os bons resultados – principalmente referente à infraestrutura – apresentados foram fundamentais para assegurar a realização dos jogos Olímpicos, em 2016. O desempenho demonstrado pela cidade ao realizar um evento desse porte deu credibilidade e peso à candidatura do Rio para as Olimpíadas, possivelmente contribuindo para o resultado final (MELLO; GAFFNEY, 2013). Apesar dos graves problemas sociais ocorridos no Pan, como a violação dos direitos sociais por parte do governo aos moradores que sofreram remoção; o aumento do orçamento público previsto para a realização dos jogos, prejudicando áreas como: saneamento básico, os transportes, a educação, a saúde, a assistência social e a habitação popular (MELLO; GAFFNEY, 2013), o Pan do Rio se apresentou como justificativa retórica de condições materiais para a realização de outros grandes eventos esportivos.

A candidatura do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016 simbolizou a consolidação desse novo projeto de cidade em curso. No momento em que a candidatura para a Copa do mundo foi entregue em 2007, o país vivia considerável crescimento

econômico e estabilidade política (DAMO e OLIVEM, 2013). O presidente da república à época era o Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula⁴ do partido dos trabalhadores (PT) e o governador, Sérgio Cabral (PMDB). Apesar de esses dois partidos serem ideologicamente distintos, segundo seus respectivos programas políticos, neste momento eles estavam articulados, tanto na esfera federal como na estadual; o PMDB era base aliada do governo petista e vice-versa. A candidatura às Olimpíadas também ocorrida em 2007, temporalmente próxima da eleição para prefeito, que elegeu Eduardo Paes do (PMDB), demonstram os agenciamentos entre esses dois partidos que foram fundamentais para a estruturação e realização dos megaeventos.

Essa unidade política é fundamental para colocar em prática esses princípios. A governança urbana precisa ter papel promotor, ou seja, promover as condições materiais para elaboração dessa nova cidade. Além da promoção exterior da cidade, o governo precisa favorecer acordos com outras administrações públicas e a coordenação público-privado para estimular obras e serviços; promover a cidade internamente para dotar seus habitantes de “patriotismo cívico”, de sentimento de pertencimento, vontade coletiva de participação e confiança no futuro da cidade. Essa promoção apoia-se em obras de caráter monumental ou simbólicas; o governo precisa estimular e orientar as energias de população na direção do bem-estar coletivo e da convivência cívica, sem conflitos de classes ou outros (CASTELLS; BORJA, 1996). Nesse sentido, o alinhamento político representado por Lula, Sérgio Cabral e Eduardo Paes, foi fundamental para o sucesso da execução dos grandes eventos e fomento do projeto empreendedor, pois demonstrou a importante característica “promotora” do Estado.

As intervenções do Estado têm grande importância nessa nova modalidade de gestão urbana. A princípio, essa afirmação parece contraditória, mas não é. A cidade mercadoria não renuncia a uma clara e decisiva intervenção estatal, desde que voltada aos interesses dominantes do mercado (VAINER, 2000). O Estado não é mais o interventor do mercado, mas sim agente que promove ações amigáveis ao mesmo. Isso evidencia que a “separação” público x privado não se configura mais como antigamente, e novos significados são dados à relação entre Estado x Empresa, que pode ser definida como cooperação e não mais como regulação; Estado e empresários passaram a ser sócios (VAINER, 2000; HARVEY, 2005). Esse processo está longe de representar uma novidade, pois essa relação estreita entre Estado e capitalismo

⁴ O presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores foram substancialmente estratégicos e decisivos na promoção da cidade e do país nesse circuito de disputas interlocais. Pelo fato desse partido ser profundamente identificado na esquerda, às críticas que eram feitas – também identificadas na esquerda, muitas delas – em torno da grande quantidade de recursos públicos para eventos dessa natureza eram, de certa forma, neutralizadas ou desarticuladas (DAMO; OLIVEM, 2013). Não se trata dizer que não houve críticas, mas elas vieram de setores destoantes da esquerda, e não da esquerda como um todo, unificada. Essa estratégia foi fundamental para que não houvesse grandes revoltas e ações políticas contra o projeto e ajudou a manter a sociedade coesa e unida.

já se encontrava em Marx, no século XIX, “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2005, p.42). Contudo, no atual contexto essa relação de união contradiz os princípios que nortearam a mentalidade liberal-capitalista de que o Estado não deveria intervir na economia.

OS MEGAEVENTOS E O PROJETO DE PACIFICAÇÃO DE FAVELAS COMO DISPOSITIVOS DA CIDADE EMPREENDEDORA

Ao vencer a disputa para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, o projeto de cidade empreendedora se consolida na agenda política-econômica do país. Com isso, muitas perguntas ficam no ar e colocam à prova a capacidade do Rio de Janeiro de sediar algo tão grande. Os problemas que esta cidade enfrenta são muitos, mas para fins dessa pesquisa nos debruçaremos sobre uma questão que é fundamental: o problema da violência. Como sediar eventos de grande porte internacional com altos índices de violência registrados?

Os problemas com a violência urbana não são de hoje, há mais de 30 anos o crime violento estampa os noticiários fluminenses e orientam a agenda pública da cidade. Quase sempre esse crime é associado ao espaço da favela, tendo em seus moradores os agentes contingenciais do crime violento (LEITE, 2008; VALLADARES, 2005). Contudo, com o advento dos megaeventos, a cidade entra numa lógica, em que se vê na necessidade de adequar-se aos padrões internacionais das cidades globais, sendo fundamental para viabilizar esses eventos. Era necessária uma política que atacasse a violência na raiz do problema, com o objetivo de devolver aos cidadãos – e principalmente aos turistas – a sensação da segurança tanto almejada. É nesse contexto que nasce a política de pacificação de favelas.

Em dezembro de 2008, a polícia militar ocupou a favela Santa Marta, em Botafogo, por tempo indeterminado. No início, a grande mídia não fez tanto alarde nem destaque (PALERMO, 2014). Somente após algum tempo, elas começaram a buscar entender sobre o que se tratava aquela estratégia militar. Em entrevista concedida ao jornal O Globo, em 3 de dezembro de 2008 – duas semanas após o início da ocupação –, o secretário de segurança, à época, dizia que uma nova modalidade de policiamento, comunitário, estava sendo criada, com uma nova nomenclatura, atestando que a segurança pública não consistia apenas em polícia, mas sim em serviços garantidos pelo Estado (PALERMO, 2014).

Nesse primeiro momento, não havia uma proposta definida e arquitetada, tudo não passava de possibilidades, pois o projeto ainda estava sendo estruturado. Somente algum tempo depois o projeto foi se estruturando e ganhando contornos institucionais e de política pública,

passando a se chamar de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Os dois primeiros decretos⁵ que regulam a UPP – assinado pelo então governador Sérgio Cabral – não explicava, definia ou regulava “como” seria realizada essa ação policial, evidenciando, assim, a já mencionada falta de estruturação do projeto. É somente em 2011 que o Estado define com mais clareza os atributos da UPP, pelo decreto Nº 42.787⁶, de 06 de Janeiro de 2011 – dois anos depois do projeto iniciado e com treze⁷ unidades instaladas, sendo 11 nas áreas mais nobres da cidade. Este novo decreto atribui como objetivo da UPP: a) consolidar a presença do Estado em áreas onde houver ostensivo controle armado criminal; e b) devolver à população local a paz e tranquilidade pública necessária para o exercício da cidadania que garanta desenvolvimento social e econômico.

Nosso foco neste artigo é discutir o processo de pacificação em uma chave diferente da segurança pública. Propomos uma análise em que a pacificação, por intermédio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), representa um dos dispositivos da gestão capitalista do espaço, que utiliza os megaeventos esportivos como justificativa retórica para promulgação desse projeto de cidade. Esse fenômeno produz novos arranjos sociais, que tem como finalidade fomentar o mercado em algumas favelas estratégicas do Rio de Janeiro acabando com as barreiras de circulação que existiam anteriormente.

A ideia de dispositivo aqui apresentado aproxima-se da formulação de Michael Foucault, que apesar de não definir profundamente em suas obras o que significa tal conceito, ele nos mostra a sua operacionalidade como estratégia analítica. Adotamos para fins deste trabalho a ideia de que um dispositivo é um operador material do poder, ou seja, técnicas, estratégias e formas de assujeitamento⁸ utilizado pelo poder (Revel, 2005).

⁵ Nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009. Disponível em:

http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=NDMyOA==&ip=NA==&s=NDA0M2RhZGM4NmE5ZmQ3NmFmNTQ0MDY5OWM5MzZhOWM. Acesso em Outubro de 2017.

E Nº 41.653, de 23 de janeiro de 2009, Disponível em:

http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=NDMyOA==&ip=NA==&s=NDA0M2RhZGM4NmE5ZmQ3NmFmNTQ0MDY5OWM5MzZhOWM. Acesso em Outubro de 2017.

⁶ Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DecretoSeseg42.787Upp.pdf. Acesso em Outubro de 2017.

⁷ Até a publicação do decreto-lei no diário oficial tinham sido instaladas 13 Unidades de Polícia Pacificadora: Santa Marta, Cidade de Deus, Jardim Batan, Babilônia/Chapéu Mangueira, Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, Ladeiras do Tabajara/Cabritos, Providência, Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano e Macacos.

⁸ Entendemos essa ideia de assujeitamento (orientado por Judith Revel, 2005) como um mecanismo de dominação pelos quais os indivíduos e as populações estão submetidos. Tal mecanismo limita a capacidade de transformação da realidade vigente, uma vez que coloca esses atores sociais num estado de conformidade. Contudo, essa ideia pode parecer pormenorizar a importância da agência colocando os indivíduos e as populações em uma condição de passividade; como se não fossem capazes de transformar a realidade vigente. Essa pesquisa não caminha por este enfoque, o que estamos propondo é que assujeitamento significa uma forma pela qual o poder exerce sua dominação. Sendo o poder uma relação ele está sempre em disputa: de um lado os operadores do poder tentando exercê-lo a partir das tecnologias de governo; e do outro as populações buscando resistir.

Segundo Foucault, dispositivo é:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (REVEL, 2005 apud FOUCAULT, 1977).

Defendemos que os megaeventos esportivos são um dispositivo dos modos de gestão capitalista das cidades, que no que lhe concerne, produz outros dispositivos, como o projeto de pacificação de favelas cariocas. Ou seja, a gestão capitalista da cidade por intermédio do projeto de cidade empreendedora exerce seu poder material por meio de seus dispositivos: a) os megaeventos que produzem as condições políticas para a acumulação de capital; e b) a pacificação que permite explorar certas áreas estratégicas para o mercado. Ambos com a mesma finalidade de acumulação de capital. Sendo assim, essa nova forma de gerir a cidade assujeita os moradores de favelas pacificadas e não pacificadas – assujeitamentos diferentes pelos seus dispositivos, em que os megaeventos são condições de possibilidades para a pacificação e vice-versa; e tendo como resultado desse processo a formação de distintos modos de regulação da vida coletiva, por intermédio dos regimes territoriais em favelas.

Até recentemente o espaço da favela era considerado o lugar da criminalidade e da informalidade, uma espécie de não-cidade dentro da cidade. A pergunta que fazemos é: como se deu o interesse atual do mercado⁹ pela favela?

Segundo o economista Marcelo Neri, nos últimos anos houve uma significativa ascensão social e redução das desigualdades sociais, formando, o que ele chamou de nova classe média¹⁰, alocada, em grande parte, em periferias e favelas brasileiras (NERI, 2008). A reportagem¹¹ da EBC, realizada no dia 20.02.2013 é bem esclarecedora desse fenômeno. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular, em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa), os moradores de favelas brasileiras consomem cerca de R\$56 bilhões por ano, equivalente ao produto interno bruto (PIB) da Bolívia. Ainda segundo a pesquisa, o consumo

⁹ Não se trata dizer que a favela vive num sistema pré-capitalista, pois como Machado da Silva (1967) nos ensina, a favela é um espaço “tipicamente capitalista, com uma vitalidade econômica que chega a espantar aqueles que com ela se defrontam” (MACHADO DA SILVA, 2011, p.701).

¹⁰ Os critérios e a argumentação proposta pelo autor é bastante discutível, mas apesar do exagero e excesso de confiança nos programas políticos do antigo governo (Lula-Dilma), é consenso que tais políticas implementadas nos últimos anos foram importantes para o desenvolvimento econômico, capacidade de consumo e interesse capitalistas nas favelas.

¹¹ “Poder de consumo dos moradores de favela no país chega a R\$ 56 bi por ano” – EBC. 20/02/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2013/02/poder-de-consumo-dos-moradores-de-favela-no-pais-chega-a-r-56-bi-por-ano>. Acesso em: 26/04/2013.

popular dos moradores de favela triplicou nos últimos dez anos (2003 a 2013), contudo, apesar do enorme potencial que as favelas representam, ainda pouco está sendo explorado por causa do preconceito existente.

Para desbravar esse mercado emergente e atrativo, era necessário acabar com o poder e monitoramento territorial das favelas, garantindo segurança para os consumidores transitarem sem a apreensão e a insegurança que esses territórios causavam como espaços da violência. É nesse contexto que as Unidades de Polícia Pacificadora se instauram para garantir a circulação de pessoas e mercadorias, fomentando as dinâmicas do mercado.

Christopher Gaffney (2015) nos ajuda a compreender a importância da circulação (de mercadoria, bens, pessoas e informações) para os novos arranjos econômicos nas favelas cariocas. O autor desloca dentro do campo conceitual do biopoder¹² uma subárea, a Biosegurança. Que poderíamos definir como “as técnicas e táticas governamentais para medir e controlar *circulações*” (GAFFNEY, 2015, p. 146 – grifo nosso).

A circulação de bens, pessoas, informação, etc. são fundamentais para as relações de poder e para garantir a acumulação de capital. Portanto, o autor propõe que, em geral, as intervenções que foram realizadas no âmbito dos grandes eventos esportivos – entre elas o projeto de pacificação – tinham como finalidade aumentar, medir e controlar as circulações na cidade, garantindo a acumulação de capital pelas novas geografias de consumo (GAFFNEY, 2015).

Na história recente das favelas cariocas, a forte presença do tráfico de drogas, controlando e vigiando os acessos¹³ da comunidade, tornou-se empecilho para o desenvolvimento econômico do território, que não fosse diretamente ligado às drogas ilícitas. Aliado a isto, a constante ameaça de violência entre facções rivais e, ou, destes com a polícia, contribuíram para essa falta de circulação de capital, sendo assim, a organização regulatória do tráfico de drogas simbolizava grande barreira para esse modelo de desenvolvimento (GAFFNEY, 2015).

Com as instalações das UPPs, as barreiras à circulação começaram a serem findadas, inaugurando nas favelas novos estabelecimentos comerciais, novo trânsito de pessoas e novas possibilidade de circulação de capital. O atual projeto de cidade empreendedora foca no

¹² (...) “tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 294).

¹³ A literatura especializada em criminalidade e sociabilidade nos territórios da pobreza dá conta de que os bandos armados que controlam os territórios impõem as populações locais uma série de regras e barreiras, desde a obrigatoriedade dos carros que circulam na comunidade andarem com os vidros abertos, a coloração de roupas que são proibidas no interior do território (MACHADO; LEITE, 2008).

desenvolvimento local, pontual e específico, em detrimento do geral e coletivo. Nesta atual conjuntura, as favelas se inserem nessa dinâmica capitalista territorial.

Márcia Leite (2015) nos ajuda a entender como que os territórios da pobreza vão alterando seus lugares de “margens”, possibilitando, ou não, a inclusão social a partir do mercado. Para entendermos as favelas cariocas como “margens”¹⁴, usaremos uma das três definições abordadas por Veena Das e Deborah Poole (2008), na qual margens são periferias onde estão contidas aquelas pessoas que são consideradas insuficientemente socializadas pelas formas jurídicas da lei (DAS; POOLE, 2008). Leite (2015) propõe as causas dessa remodelagem do “lugar de margem” de algumas favelas.

Assim, nas favelas com UPPs vem se combinando diversos dispositivos legais, administrativos, de controle social coercitivo, cognitivos, morais, etc., que promovem e sustentam, através de uma nova modalidade de gestão dos territórios de favelas, a possibilidade/virtualidade de alteração de seu lugar na cidade através: (a) da **militarização** do controle social dessas localidades com uma dimensão fortemente repressiva dos segmentos identificados como favelados violentos (jovens sobretudo); (b) da normalização dos demais, através de uma nova “**pedagogia civilizatória**” e com ênfase na aproximação (com) e no trabalho social sobre as crianças e uma interferência nas organizações de base das favelas; e (c) da reconfiguração das favelas “pacificadas” como “**territórios de negócios**”, através do estímulo, do financiamento e da coordenação de diversas iniciativas de variados atores (internos e externos às localidades) no sentido de “abrir” o território das favelas ao mercado (LEITE, 2015, p.7 – grifo nosso).

O atual projeto de cidade empreendedora, que transforma o espaço urbano em lugar de negócios para as mais variadas modalidades de acumulação de capital, foca seu investimento, somente em áreas estratégicas que possam gerar algum atrativo para o mercado. As favelas até então eram consideradas barreira para esse mercado formal, mas, com o aumento da capacidade de consumo e eliminação das barreiras impostas pelo tráfico, houve grande modificação da expectativa do mercado em relação a esses territórios, fazendo com que novas geografias de consumo fossem criadas nessas localidades. Novas possibilidades de emprego e renda se abriram para os moradores locais, contudo, consequências desastrosas vieram a reboque, como o aumento de preço da moradia e do consumo interno das famílias (OST; FLEURY, 2013; LEITE, 2014, 2015; BURGOS *et al.*, 2011).

¹⁴ Veena Das e Deborah Poole (2008), se afasta da “consolidada imagem do ‘estado-nação’ como forma administrativa de organização política racionalizada que tende a debilitar-se ou desarticular-se ao longo de suas margens territoriais e sociais (DAS; POOLE, 2008, p. 19 – tradução nossa). Elas optam por romper com a ideia da teoria política que em determinadas regiões o Estado fracassou, se tornou débil, parcial e incompleto. Em vez disso, elas buscam entender como as práticas e políticas da vida nestas áreas modelam as práticas políticas de regulação e disciplinamento do Estado, sugerindo assim, que essas margens são supostos necessários do Estado, da mesma forma que a exceção é a regra nestes territórios. Importante frisar que as margens não são margens por estar distanciada ao centro. Territórios inseridos nos grandes centros metropolitanos podem ser atingidos com ações políticas do Estado marcado pela exceção extralegal, caracterizando assim, ações a margem da lei. Portanto, margens são sempre móveis, o que significa que elas se alteram de acordo com os contextos existentes.

Entretanto, esse novo contexto vivido por algumas favelas são pontuais e específicos, mostrando que cada território foi atingido de forma diferente pelo mercado e pelo projeto de cidade em curso. Essas drásticas diferenças de momento podem ser aproximadas da ideia de Regimes Territoriais, desenvolvida por Márcia Leite (2015, 2014, 2012). Para as finalidades dessa pesquisa será abordado os regimes territoriais¹⁵ cuja forma é ditada de acordo com os interesses dos agentes de mercado, neste caso eles norteiam a conformação e a intensidade desse regime. Para desbravar esse complexo e incerto contexto, faz-se necessário grande empreitada no trabalho de campo, pois, é por meio dele que podemos “mergulhar” nos diversos agenciamentos e relações de poder existentes para compreender as implicações dessa gramática empreendedora e seus assujeitamentos aos moradores de favela.

O JARDIM BATAN E A NÃO ALTERAÇÃO DO LUGAR DE “MARGEM”

O Jardim Batan é uma das poucas favelas da zona oeste que receberam UPP, sendo a única em área de milícia¹⁶. A favela ficou nacionalmente conhecida em virtude das seções de torturas que um grupo de jornalista de jornal “O Dia” foi submetido. Tal fato foi recebido com enorme indignação pela mídia, revertendo a imagem positiva que a milícia tinha na mídia e no senso comum, gerando ações como a CPI das milícias, que prendeu uma série de milicianos e políticos (CANO; DUARTE, 2012).

O Batan é um caso “bom para pensar” por si só, pelo fato de ser uma das primeiras favelas a receber uma UPP; ser em área de milícia; estar localizada na região mais desassistida da cidade do Rio de Janeiro (AP-5), onde faltam políticas públicas, transporte de qualidade, sem contar a grande distância do centro metropolitano; e, principalmente, por ser uma inflexão à geografia das UPPs – que em sua maioria dos casos se concentram nas áreas mais nobres da cidade. Todos esses fatores já colocam a comunidade como “diferente”, e de fato é! As dinâmicas observadas no trabalho de campo dão conta de uma realidade complexa, em que o comando da UPP e as instituições que fazem parte desse universo, como a Light, reforçam a cada momento

¹⁵ Frank Davies nos esclarece que os regimes territoriais são estratégias de regulação específica que acompanham certos recortes de população e de espaços urbanos, privilegiando práticas de poder e regulação da vida “*in situ*” (DAVIES, 2017). O que significa que regimes territoriais podem ser entendidos como um tipo de governo, sendo produzido pelos mais variados atores. Para uma abordagem mais detalhada de tipos de regimes territoriais que combinam mercado (mas não só) e tipos de governos territoriais, ver Frank Davies (2017).

¹⁶ Milícia seria, “grupos de agentes armados do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários etc.) que controlavam comunidades e favelas, oferecendo “proteção” em troca de taxas a serem pagas pelos comerciantes e os residentes. Estes grupos passaram também a lucrar com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nestes territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo” (CANO e DUARTE, 2012, p.13).

o estigma do favelado insuficientemente socializado a normatividade institucional, dando a entender que aquela população se comporta como um bando de “selvagens”.

A comunidade vem passando por momento de valorização econômica, o qual vem dividindo a opinião dos moradores com quem conversamos. Por um lado, os moradores passaram a ter o orgulho de morar em um lugar não mais dominado por grupos armados (milícia/tráfico), o que provocou a diminuição do preconceito sobre a favela. Uma moradora nos contou que após a UPP seu irmão que não a visitava há anos por medo do tráfico/milícia passou a visitá-la regularmente.

Por outro lado, muitos moradores se queixaram do processo de regulamentação dos serviços de energia elétrica e água – que antigamente eram ilegais ou irregulares –, que a partir da mudança causou enorme aumento nas despesas familiares. Uma senhora de idade nos contou que se desfez do freezer; não toma banho quente, só quando está muito frio; só passa roupa uma vez na semana; e não deixa mais as luzes acesas, tudo isso para tentar diminuir as despesas com a energia elétrica.

Outro ponto que os moradores reclamaram muito foi das cobranças abusivas feitas pela fornecedora de energia elétrica, Light; e a fornecedora de água e esgoto, CEDAE. Um morador e liderança comunitária relatou que colocou a Light na justiça porque sua conta que vinha menos de 200 reais, passou a vir 400 reais ou mais depois que trocou o sistema de medição – passando para o modelo de chip. Ele complementa dizendo que muitos moradores reclamaram desse novo sistema, que proporcionou aumento inexplicável na conta de luz das famílias. Esse mesmo problema é percebido em outras áreas com UPP na cidade.

Em uma reunião comunitária em que estavam presentes os representantes da empresa, uma senhora perguntou sobre o aumento das contas de luz. A representante da Light explicou que isso ocorreu porque, em geral, o custo da luz aumentou no Brasil todo. O Rio de Janeiro é o Estado onde mais tem furto de energia elétrica, que mesmo ela não furtando, acaba pagando por quem furta. A moradora retruca dizendo que os moradores estão de “saco cheio” da Light, e que desde que mudou o sistema de medição tem ocorrido esse problema. Em outra ocasião, tivemos a oportunidade de perguntar a outra representante da Light do porque que somente as favelas tiveram o sistema de medição trocado. Em resposta, ela nos disse que não sabia informar ao certo, mas que isso era política estratégica da empresa.

Outra polêmica com a empresa se deu quando uma moradora – na mesma reunião comunitária – relatou que sua residência havia ficado mais de três dias sem luz, ligou para Light, fez o protocolo e não obteve resposta; ligou para a ouvidoria e também não obteve resposta; ela relata que não é a primeira vez que isso acontece, mas sim a terceira. Por fim, diz que vai colocar

a empresa na justiça por causa desse péssimo serviço que vem sendo prestando. A representante da Light explica o motivo da demora de religamento da energia elétrica, contando uma história que uma equipe da Light foi agredida tanto no início do ano, quanto no mês passado. Segundo ela, mais de 30 pessoas tentaram agredi-los, e ela própria disse que já foi agredida. “Temos medo de entrar no Batan, as equipes também têm medo”. Em tom irônico a moradora pergunta se para ter sua luz religada ela primeiro precisa ligar para UPP? A representante se defende falando que já fez reunião com a associação de moradores para explicar a situação adotada, e afirma que para ela ligar a luz tem que ser acompanhado de viaturas da UPP, porque os moradores são “agressivos”.

Vemos nas narrativas acionadas o deslocamento do problema do mau fornecimento de energia para o campo moral, duvidando da índole dos moradores de favela. Não se trata aqui de dizer que é certo furtar energia elétrica. Porém, o peso de tais afirmações engendram concepções morais sobre a favela, que orientam e justificam ações e atitudes (por parte das organizações públicas e privadas) desajustadas aos padrões normativos da sociedade, como foi o caso da Light. Ou seja, essas narrativas morais discursivas produzem efeito prático na forma de atuação diferenciada (negligenciada e pormenorizada) de instituições, produzindo uma espécie de subcidadania, ou cidadania de geometria variável (MACHADO; LEITE, 2008).

Outro exemplo de conflito e de produção de disciplinarização, dessa vez por parte dos operadores do Estado, pode ser acompanhado a partir do caso dos mototaxistas. O comandante da UPP havia pedido aos mototaxistas que não deixassem mais as motos na rua, que era para eles arrumarem um lugar para colocar as motos e liberar as calçadas. Por sua vez os mototaxistas não cumpriram o acordo, porque disseram que a associação de moradores havia conversado com o comandante, e ele havia liberado três motos na rua, no máximo. Com o não cumprimento do acordo, houve supostamente uma tentativa de suborno de uns policiais da UPP aos mototaxistas, para que eles não tivessem suas motos apreendidas. Esse suposto suborno estaria gravado em áudios, em que um dos trabalhadores havia mencionado o nome do comandante, como se ele também fizesse parte do esquema. A partir daí o comandante passou a proibir o trabalho dos mototaxista, alegando que aquela atividade era ilegal, e por essa razão, não podiam mais trabalhar.

Para o comandante era mais importante exercer o seu poder de fazer ou não “vista grossa”, deixar ou não trabalhar. Esse padrão de atuação dos agentes do Estado revelam composição de técnicas de poder entre a “norma” e a ilegalidade. O comandante transita entre o legalismo normativo que busca, por um lado disciplinar os corpos transgressores dos mototaxistas que não cumpriram o combinado (proposto por ele); e regulamentar a população

mostrando que existe ordem e que essa punição serve de lição para qualquer um que transgrida a linha da ilegalidade (FOUCAULT, 2005) – pautada não só pela instituição jurídico-político, mas por ele próprio. O comandante encara o trabalho informal como um jogo em que há ganhadores e perdedores, onde ele é o juiz, que pode recorrer ao legal ou ao ilegal conforme a situação e a sua vontade.

A forma que os mototaxistas encontraram para burlar a ordem da UPP foi usar da sagacidade coletiva. Eles continuaram trabalhando mesmo após o desentendimento com o comandante. Organizaram (no mesmo local de antes) seu ponto de trabalho, contudo, quando a viatura da polícia apontava no início da rua eles circulavam todos ao mesmo tempo, com suas motos, dando a entender que o local estava vazio. Após a viatura de polícia passar, eles voltam para seus respectivos lugares esperando os passageiros. Eles ficaram nesse jogo de “gato e rato” até o decreto da prefeitura sair e legalizar a profissão. Essa sagacidade dos mototaxistas representa as possibilidades de resistência aos tipos de assujeitamento de uma realidade construída de cima para baixo.

VILA VINTÉM AINDA “SOB CERCO”: O PRODUTO NECESSÁRIO DA POLÍTICA DOS “LUGARES”

Neste atual contexto, apresentado anteriormente, a Vila Vintém emerge, tangencialmente, à UPP e ao interesse do mercado, se configurando como território em estágio diferente dos demais e aprisionado a uma organização espacial profundamente enraizada nas dinâmicas do ilegal e ilícito. O fato de não haver Unidade de Polícia Pacificadora na localidade nos faz pensar que, como a maioria das favelas da cidade do Rio de Janeiro – quase 75% delas não tem UPP – a Vila Vintém também está se organizando e produzindo suas relações de sociabilidade. Todas as outras favelas, não contempladas com este projeto, tornaram-se espaço inexistente ou pormenorizado (sombra) na opinião pública. O foco do Estado, das empresas, dos pesquisadores acadêmicos, do mercado imobiliário, entre outros, se concentrou nesta novidade que foi a UPP. Mas como se organiza esses territórios “outros”, que não alteraram seu lugar de “margem”?

Do ponto de vista das relações comerciais, uma interlocutora de meia-idade nos contou que na favela tem de tudo para se consumir, lojas de roupa, mercadinho, lanchonetes, entre outros; e que se pode comprar e pagar depois – relação que ela chamou de “vale-ideia”. Outra moradora nos alertou que essa dinâmica do “vale-ideia” não é exatamente assim, que qualquer

um chega e compra fiado, tudo vai depender do “contexto”¹⁷ que a pessoa tenha dentro da comunidade. É interessante notar como as relações comerciais se estruturam na informalidade, baseadas, em partes, na confiança uns com os outros e nos vínculos de proximidade e parentesco.

Um ponto importante observado foi o preconceito, com que os moradores de favela convivem diariamente, e os constrangimentos decorridos. Uma moradora contou que quando ela fazia faculdade, em um bairro próximo à favela, havia uma colega de sala que morava em Padre Miguel – bairro em que a Vintém está alocada na região conhecida como Ponto Chic (centralidade do bairro, onde se encontram os principais estabelecimentos comerciais), falava que tinha medo da favela, que nunca entraria lá. Outra interlocutora contou que já perdeu três namorados por morar na favela. O namoro começava bem, até ela contar que morava na Vintém; aí os namorados iam embora e não a procuravam mais. Ela relata que uma vez a mãe de um namorado que ela teve não gostava dela só porque ela morava na favela, e não quis nem conhecê-la por isso.

Essa é a realidade enfrentada pelas mulheres que se relacionam com pessoas de fora da favela, a relação afetiva é abalada pelo preconceito e pelo estigma que a favela carrega. Os dois casos são importantes para entender os efeitos práticos que esses tipos de narrativa têm sobre a vida das pessoas e o duro fardo que os moradores de favelas levam sobre os ombros. Essa representação da favela como local da criminalidade, da insegurança e da marginalidade é uma das consequências da coabitação do tráfico de drogas no território.

Na Vila Vintém, percebemos a ressonância que a gramática da violência tem na vida de seus moradores. Em todas as conversas que fizemos, nunca precisamos tocar no assunto tráfico de drogas, os próprios moradores acionavam automaticamente esse aspecto, seja para falar dos medos, das histórias de vida ou do saudosismo do passado; essa gramática é uma dimensão da vida cotidiana naturalizada nos moradores de favelas. Logo no início das conversas com os interlocutores a figura do tráfico era acionada sempre como “problema”.

O tráfico é agente de regulação social poderoso, que instaura poder territorial baseado na força. Os sentimentos nutridos pelos moradores com relação ao tráfico são ambíguos, ora achando o tráfico, especificamente da Vintém, “pacífico” – diferente de outras comunidades, ora se sentindo oprimidos por eles. Essa ambiguidade tem peso bem maior para o lado do medo e da apreensão. As conversas com os moradores mostraram como o tráfico regula a vida social e interfere diretamente na rotina e na sociabilidade dos moradores.

¹⁷ Essa categoria nativa dá conta da posição social que o indivíduo ocupa dentro da favela, as relações de parentesco ou proximidade com o grande escalão do tráfico; o histórico de dívidas não pagas; histórico de desentendimentos e desavenças. Tudo isso faz com que a pessoa tenha mais ou tenha menos “contexto”.

Em um relato, uma moradora disse que se sente “escrava do tráfico”. Ela não pode levar ninguém na sua casa, as pessoas ficam com medo de ir, por receio dos traficantes. Ela tem medo de acontecer troca de tiros quando ela estiver circulando pela favela. Outra moradora contou que uma vez, quando a polícia estava invadindo, um traficante acabou entrando em sua casa para se esconder da polícia, sendo que ela não podia expulsá-lo para não prejudicar o tráfico e ser coagida. Então, ela desenvolveu estratégia para evitar esse incidente; passou a deixar as portas de casa sempre trancadas.

Outro ponto muito citado nas entrevistas é a atuação do Estado na favela, que se dá, quase que exclusivamente pelo lado bélico, a partir de ações extralegais orquestradas pela polícia. A favela é cercada de histórico de arbitrariedade e medo da polícia, como nos revelou a moradora que teve o irmão – que não tinha envolvimento com o tráfico – assassinado. Segundo o relato, o irmão dela estava passando por um beco quando um “menino” (ligado ao tráfico) mandou ele voltar porque os policiais estavam lá. Porém, não deu tempo dele voltar, a polícia acertou um tiro no braço dele, tendo a bala perfurado uma importante artéria, levando-o a falecer.

O irmão dela foi mais uma vítima do Estado contabilizada nas estatísticas dos autos de resistências. Essa dinâmica violenta do Estado abala muito a confiança dos moradores de favela na instituição polícia. Outra interlocutora, já de idade avançada, descreveu que quando a polícia entra para fazer operação, só há duas opções: ou se arriscam no meio do tiroteio para exercerem suas rotinas, ir ao trabalho, escola, hospital, supermercado, visitar parentes, etc; ou ficam em casa e esperam o tiroteio passar, correndo o risco de perderem seus empregos, atrasar consultas no médico, e assim por diante.

A favela da Vila Vintém representa um mundo muito distinto das favelas com UPP. Os moradores se sentem imersos em dinâmicas dos anos 1990/2000, em que a lógica da guerra contra a favela e a opressão da polícia e dos criminosos que controlam a localidade são condições de existência do território. Com a política dos “lugares” sendo um dos pilares dos dispositivos de gestão capitalista da cidade materializada no projeto, sobretudo, olímpico-empendedor, os investimentos são concentrados em locais específicos, que despertam o interesse do mercado de capital (como a Barra da Tijuca, a Zona Sul e a região Central da cidade), e traz como antítese o não desenvolvimento de outras áreas entre elas a Zona Oeste (AP-5) e a Vila Vintém. Essa dinâmica de valorização dos lugares, dirigida pelo mercado, invariavelmente produz desvalorização de outros, num binômio necessário, que faz parte das mesmas regras do jogo. Para produzir “luz” em certo lugar, ou em certos lugares, precisa-se produzir “sombras” em outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual processo em curso, na cidade do Rio de Janeiro, representa um projeto da classe burguesa que articula as esferas políticas (executivo e legislativo) e jurídicas (judiciário) para produzir lugares específicos com o objetivo de garantir lucro com espaços, que, anteriormente, ou não dava lucro ao mercado formal, ou não tinha seu potencial lucrativo explorado completamente. Enquanto os holofotes estão, quase que completamente, com o foco nas favelas com UPP que conseguiram despertar os interesses do mercado capitalista e dinamizar a economia local. Os mesmos holofotes, ao mesmo tempo, têm produzido sombra em outros lugares não tão atrativos para o mercado formal.

Esse jogo de “luz e sombra” é completamente situacional e comparativo. As diferenças espaciais são evidentes se compararmos o Jardim Batan com a Vila Vintém. Enquanto o Jardim Batan, mesmo com UPP, ainda é representado como o lugar insuficientemente socializado para “captar” os interesses mercadológicos mais intensos do empreendedorismo, fazendo-se necessário nesse espaço profunda “missão catequizadora”, por meio de instrumentos e instituições disciplinadoras, que “pacifiquem” seus habitantes, transformando-os em “corpos dóceis”, e, finalmente, alterar seu lugar “margem”, para ser um espaço de “oportunidade”. Apesar disso tudo, seus moradores conseguem exercer suas rotinas sem interrupções bruscas, garantindo o mínimo de dignidade necessária para o exercício de suas cidadanias; e, além disso, houve sentimento de valorização do lugar, despertando o orgulho de residir em uma favela que não tem tráfico/milícia, nem o receio da invasão da favela por alguma facção. Já a Vila Vintém convive sob a égide das dinâmicas entre tráfico e Estado, que produz relações, ora promíscuas entre traficantes e agentes do Estado (policiais); ora violenta, causando profundos prejuízos para o exercício de suas rotinas e sociabilidades, mantendo-os, ainda, “sob cerco”. Ela se configura como território que está sendo produzido, institucionalmente, pela falta. Os agentes do mercado e do Estado não têm o menor interesse em desenvolver – pelo mercado – esse território.

Os regimes territoriais, que operam de forma distinta em cada território, fazem parte da grande e complexa teia de relações que articulam a pacificação, o projeto de cidade olímpica e a gestão capitalista do espaço. Esses regimes refletem o caráter “experimental” dessa etapa da modernidade, que atribui múltiplos modos de exploração capitalista, de modalidades diversas, com princípios diversos, que serão postas em práticas de acordo com as vantagens ou desvantagens de cada território e de cada contexto político. Igualmente, o Estado não aplica uma “receita de bolo” para domesticar suas populações. Sendo essas atuações diferenciadas,

pontuais e descontinuadas; que se desenvolvem a partir de vários fatores políticos e agentes múltiplos que estejam em contato direto ou indireto com a máquina de gestão estatal.

REFERÊNCIAS

- BURGOS, Marcelo Baumann; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro. O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 11, ago/dez, 2011, pp. 49-89. [Google](#)
- CANO, Inácio; Duarte, THAIS. “**No Sapatinho**”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008/2011). Introdução, Capítulo 7 e conclusão (p.13-20; 53-81; 127-237). Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2012. [Google](#)
- CARVALHO, Monique Batista. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. **O Social em Questão**, Ano XVI, n. 29, p 285 – 308, 2013. [Google](#)
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jorgi. **As cidades como atores políticos**. Tradução do espanhol: Omar Ribeiro Thoma. NOVOS ESTUDOS N. 45. p. 152-166, 1996. [Google](#)
- CASTRO, Demian; NOVAES, Patrícia. Empreendedorismo urbano no contexto dos megaeventos esportivos: impactos no direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. In: CASTRO, Demian Garcia *et al.* (Org). **Rio de Janeiro: os impactos da copa do mundo 2014 e dos jogos olímpicos 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 63-88.
- COLLIER, Stephen J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da ‘governamentalidade’. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 245–284, 2011. [Google](#)
- DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. “**Luz e Sombra**”: **Projeto de Cidade e Regimes Territoriais em Favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro**. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. **Horizonte antropológico**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 19-63, Dec. 2013. [Google](#)
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, pp. 19–52, 2008. [Google](#)
- DAVIES, Frank A. Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo, v.8, n. 1, p. 24-46, 2014. [Google](#)
- DAVIES, Frank A. **Deodoro: formas de governo para uma “região olímpica”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. **Dossiê: Sociologia**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p.194-222, 2012. [Google](#)

FOUCAULT, Michel. "**Aula de 17 de março de 1976**" In: ____ Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, p.285-315, 2005.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. p. 231-249.

GAFFNEY, Christopher. Segurança pública e grandes eventos no Rio de Janeiro. In: CASTRO, Demian *et al.* (Org). **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 145-170.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa / Clifford Geertz; tradução de Vera Mello Joscelyne**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 12-41.

GONÇALVES, Raquel Garcia. **Modelos Emergentes de Planejamento: elaboração e difusão - um estudo do planejamento estratégico situacional**. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. 2005.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Capítulo VI. p.163-190.

LEITE, Márcia Pereira. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In. MACHADO DA SILVA (Org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 115-142, 2008.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra ao projeto de favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, p. 374, 2012. [Google](#)

LEITE, Márcia Pereira. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014. [Google](#)

LEITE, Márcia Pereira. Novos regimes territoriais em favelas cariocas .In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII, 2015. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. [Google](#)

MACHADO DA SILVA, Luiz. **Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública**. In: MACHADO DA SILVA (Org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro: Nova Fronteira (2008): 35-45**.

MACHADO DA SILVA, Luiz; LEITE, Márcia. Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA (Org). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro: Nova Fronteira (2008): 47-76**.

MACHADO DA SILVA, Luiz. **Mas afinal, qual é a das UPPs?**. Observatório das Metrópoles, 2010. [Google](#)

MACHADO DA SILVA, Luiz. “**A política na favela**”. Cadernos Brasileiros n.41, maio/jun. 1967.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBCS**, v. 17, n. 49, 2002. 

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, v. 2, 1978.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana**. Publicado originalmente no site <http://www.comciencia.br/> e extraído, com a autorização da autora, em 10/03/2002. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_tragediaurbana.pdf. Acesso: janeiro 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2005.

MISOCZKY, Clarice. Entrepreneurialism: empresariamento ou empreendedorismo urbano - duas traduções, dois significados. *In*: XVI ENANPUR, espaço, planejamento e insurgências, ST2 > Estado, planejamento e política. **Anais** [...], Belo Horizonte, 2015.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, CPS, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, 2014, p. 125-161.  

OST, Sabrina.; FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro. a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no santa marta. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 635 a 671, 2013. 

PALERMO, Luiz Claudio. Da “Guerra” no Complexo do Alemão à ocupação da favela Santa Marta: aspectos de uma política de segurança pública. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 16, n. 2, p. 116-145, 2014.  

REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Claraluz, 2005.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela “diferente das outras”?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Quartet, 2013.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos. - CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 dez. 2017. 

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-103.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO (ANPUR), v. 14, 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. 2011.

VAINER, Carlos. **A crise urbana brasileira**. Entrevista com Carlos Vainer. Produção: AEPET Nacional. Duração: 15'13". Publicado em 10 de fev de 2015.